

Para Anbid, o início de novas relações

O sistema financeiro internacional "iniciará uma nova era nas suas relações com países devedores após a reunião de ontem, em Nova York, entre as autoridades brasileiras e os representantes dos 40 principais bancos estrangeiros credores da dívida externa do Brasil." A afirmação foi feita ontem, no Rio, pelo presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid), Ary Waddington, para quem a reunião serviu como o primeiro e importante passo no sentido de equacionar o problema da reciclagem dos petrodólares.

Segundo acrescentou, no momento se processa um esvaziamento, que será ainda muito mais forte, no mercado de eurodólar, devido a utilização extrema dos países produtores de petróleo ligados à Opep para repassarem suas receitas, por intermédio de grandes bancos internacionais, aos países deficitários tomadores de empréstimos.

"Eles usaram esse artifício extremo que agora acabou, pois chegamos à realidade de que, provavelmente, em consequência desse encolhimento no euromercado, os países superavitários terão de renunciar a muitas das exigências que faziam alguns meses atrás", acrescentou Waddington.

Por isso, o presidente da Anbid ressaltou que os bancos estrangeiros deverão ter inteligência necessária para que o processo de esvaziamento dos principais mercados financeiros do mundo ocorra de forma harmônica. Na sua opinião, essa mudança forçará maior união dos bancos, que passarão a renunciar ao direito de agir isoladamente em função de objetivo maior que é o de viabilizar o pagamento de todos os devedores no máximo que for possível.

"Se algum banco — continuou — tentar ser mais esperto do que o conjunto, será disparada uma guerra dentro do próprio sistema bancário. A perspectiva de uma quebra geral faz com que todos nós fiquemos unidos, pois isso torna os bancos mais receptivos."

Na opinião de Waddington, não é a dívida do Brasil que forçará essa mudança de comportamento do sistema financeiro internacional a partir da reunião de ontem em Nova York, "mas sim

a dimensão do problema". Dessa forma, achou que isso será o suficiente para mostrar que a estrutura do sistema está imperfeita e incapaz de produzir os resultados que os círculos financeiros internacionais precisam."

O presidente da Anbid também se valeu de um artigo sobre a crise financeira mundial, publicado no último número da revista *Fortune*, que responsabiliza os mercados "offshore" (destinados a operações financeiras de não-residentes dos países onde eles funcionam) pela atual situação. Segundo acrescentou, esses mercados permitem que os bancos ultrapassem, nas suas operações de empréstimos, níveis de alavancagem (capacidade de emprestar em função do patrimônio líquido do banco) bastante superiores aos estabelecidos pela legislação dos seus países.

Segundo acrescentou, os mercados de "offshore" foram criados fora das legislações de vários países, razão pela qual operam dentro de maior liberdade. Essa liberdade permitiu que ocorresse um crescimento anual de 25% nesses mercados nos últimos seis anos. "Agora, eles defrontam-se com uma realidade um pouco preocupante, principalmente em função do descuido de alguns bancos com relação ao crescimento do débito de vários devedores".

A mesma revista, disse ainda Waddington, destaca a exigência da Security Exchange Commission (uma espécie de Comissão de Valores Mobiliários norte-americana) quanto à necessidade de os bancos dos Estados Unidos revelarem detalhes de suas operações de empréstimos concedidos ao Exterior. Tal prática, no seu entendimento, está atuando como fator intensificador da atual crise, na medida em que os bancos se vêem forçados a um grau de exposição de risco que os leva a uma "atitude extremamente prudente com relação às suas novas decisões".

Apesar dos problemas apontados, o presidente da Anbid espera que, havendo uma negociação quanto aos futuros compromissos financeiros do Brasil no Exterior, "se comprove o retorno da liquidez do País, quando teremos recursos suficientes para pagar o que se deve, com empréstimos pelos bancos comerciais e de investimentos ou em operação direta".